

O que o jornalismo pode aprender com a ciência: Objetividade na perspectiva do racionalismo crítico de Karl Popper

Liriam Sponholz¹

O tema deste artigo é como e até que ponto as regras que guiam os métodos utilizados pelos cientistas para organizar, classificar e traduzir a realidade poderiam contribuir com o jornalismo. O objetivo é fornecer um modelo teórico de objetividade jornalística para futuros estudos empíricos.

Para isso, devem ser analisadas semelhanças e diferenças entre jornalismo e ciência. No momento seguinte, pretende-se analisar um determinado conceito de ciência que parece especialmente apropriado para uma comparação com o jornalismo, o do racionalismo crítico de Karl Popper, e a sua possível aplicação nesta área. Por último, pretende-se apresentar um modelo de objetividade jornalística, que tem como ponto central a produção de uma correlação entre realidades social e midiática.

Ciência e Jornalismo

A idéia de objetividade jornalística está ligada à de ciência desde a origem daquela nos Estados Unidos, na década de 20. Segundo Streckfuss², objetividade significava originalmente encontrar a verdade através do método rigoroso do cientista. De acordo com Streckfuss³, objetividade não foi fundada em uma idéia ingênua de que os seres humanos podem ser objetivos, mas sim no fato de que eles não podem. Esta deveria ser portanto alcançada através do uso de um método científico, ou seja, um procedimento intersubjetivamente aplicável, comparável com os das ciências sociais. Influenciados pelo movimento cultural do naturalismo científico, os mentores da idéia utilizaram a ciência como exemplo de como um jornalismo objetivo deveria ser.

Como jornalistas trabalham sob muita pressão, suas chances de refletir sobre os seus métodos é extremamente reduzida, a sua tendência a adotar uma rotina como garantia parcial de sucesso e a repetir a mesma fórmula

para produzir notícias⁴ é muito mais forte do que na ciência. Como ambas as formas de conhecimento apresentam semelhanças, a ciência tem o potencial de oferecer novas linhas de reflexão para o jornalismo.

Tanto a ciência como o jornalismo são tipos de processos de conhecimento. Tal processo pode ser identificado tanto na produção quanto na recepção de estudos científicos e de notícias. Objetividade se refere somente à produção como processo de conhecimento, ou seja, como jornalistas e cientistas trabalham e estruturam as informações que recolhem da realidade, através da comparação destas com aquilo que eles já sabem⁵.

Tanto jornalistas quanto cientistas utilizam um método para conhecer a realidade. Ambos têm suas idéias, opiniões pré-formadas, suspeitas ou suposições sobre aquilo que observam. Algumas delas são tidas como certas, outras precisam ser testadas.

As suposições dos cientistas vêm de uma teoria científica, uma série de afirmações não contraditórias. Essa teoria é o resultado de um saber acumulado, do que outros estudos sobre o mesmo tema já mostraram. No caso do jornalista, as suas suposições vêm das informações que ele acabou de reunir sobre um determinado assunto. Daí advém uma outra diferença: o cientista é um especialista, o jornalista, não.

O cientista não tem só um tema, mas também um problema para resolver. Já o jornalista não tem necessariamente um problema, algo para explicar ou para descobrir, mas sim um tema. O jornalista só vai formular hipóteses quando tiver que noticiar sobre um problema ou quando problematizar a sua pauta. Se o jornalista escreve uma notícia sobre o reinício das aulas nas escolas, ele tem um tema. Se a pauta incluir as condições que os estudantes vão encontrar no recomeço das aulas (por exemplo, a situação precária do prédio da escola, o

número excessivo de alunos por sala ou o número reduzido de professores), então ele tem um problema a esclarecer ou a descobrir.

Os dois tipos de profissionais tentam testar suas hipóteses. O cientista tenta confirmar ou derrubar suas hipóteses através de procedimentos aplicados a eventos que podem ser repetidos em um médio ou longo prazo e dentro de um campo de ação relativamente autônomo. O jornalista precisa testar suas hipóteses num curtíssimo prazo (até o fechamento da próxima edição) sobre acontecimentos que na maior parte das vezes não podem ser repetidos nem estão sob seu controle e sob a pressão do público-leitor, da organização jornalística, do seu chefe, dos seus colegas de trabalho. O cientista escreve para os seus colegas, o jornalista, para um público não-especializado.

De acordo com Genro Filho⁶, pode-se caracterizar os tipos de conhecimento de acordo com as categorias de universal, particular ou individual. O jornalismo produz conhecimento sobre a feição singular da realidade, enquanto a ciência se ocupa com categorias lógicas universais⁷. O cientista procura aquilo que se repete, ou seja, leis ou regularidades com relação ao objeto que observa. O jornalista procura fatos singulares.

O jornalismo se interessa por exemplo por João da Silva, motorista de caminhão, 35 anos, quatro filhos, que trabalha 16 horas por dia e se acidentou na Rodovia XYZ, que se encontra em péssimo estado e não sofre reparos desde 1985. Para a ciência, este evento só é relevante dentro de uma série de acidentes com caminhões ou num levantamento dos acidentes na rodovia XYZ. Só os aspectos particulares ou universais deste caso despertam o interesse da ciência. Já o jornalismo se preocupa exatamente com a sua singularidade.

O fato de o jornalismo se concentrar nos eventos singulares significa que este tipo de processo de conhecimento pode revelar aspectos da realidade que a ciência não consegue. Quando um jornalista mostra o cotidiano de um morador de rua ou de um prisioneiro, ele pode transmitir informações relevantes para entender o problema. Como a ciência ignora estes aspectos individuais, cabe ao jornalismo mostrá-los.

A ciência do racionalismo crítico

Numa comparação entre as duas formas de conhecimento citadas, uma determinada concepção de ciência parece especialmente apropriada, a do racionalismo crítico, desenvolvida pelo filósofo austríaco Karl Popper. Isto porque o jornalismo, embora não seja ciência, aproxima-se sobretudo daquilo que se define como ciências sociais empíricas.

Segundo Popper, o que define a ciência como tal é a falseabilidade de suas hipóteses. Só uma suspeita ou suposição que é passível de ser testada pode ser refutada. E só se ela for refutável pode ser considerada científica⁸.

A frase “A temperatura vai subir” não é falsificável, porque não pode ser testada. Ela só pode ser utilizada em um estudo científico como provocação, como motivação para uma pesquisa. Já a afirmação “A temperatura em Covilhã vai subir dois graus por ano a cada verão” poderia ser uma hipótese científica, porque é falsificável.

Segundo Popper, hipóteses devem ser falsificadas, e não confirmadas. Se o pesquisador parte do pressuposto que todos os cisnes são brancos, ainda que ele encontre só cisnes brancos, não significa que cisnes pretos não existem. Por isso, o cientista que acredita que todos os cisnes são brancos deve procurar cisnes pretos. Além disso, pode-se aprender muito mais com a falsificação desta hipótese do que com a sua confirmação, já que através daquela é possível descobrir a existência de cisnes pretos, onde e como vivem cisnes pretos e onde vivem cisnes brancos, se há outros fatores que os diferenciam e assim por diante.

O princípio da falsificação, que a priori se referia a uma questão lógica, adquiriu uma feição política depois da publicação do livro “A sociedade aberta e seus inimigos” em 1945⁹, tornando-se uma espécie de mecanismo antidogmático:

Once your eyes were thus opened you saw confirming instances everywhere: the world was full of *verifications* of the theory. Whatever happened always confirmed it. Thus its truth appeared manifest; and unbelievers were clearly people who did not want to see the manifest truth. (Magee: 1975, 45)

O princípio da falsificação permite uma aproximação da realidade exatamente através da negação de verdades manifestas. Nenhum conhecimento, inclusive o da ciência, deve ser tratado como verdade absoluta, mas sim como hipotético, já que não é possível conhecer a realidade de maneira absoluta e segura.

O teste das hipóteses deve seguir determinadas regras na ciência. Os pesquisadores devem testar suas hipóteses através de métodos transparentes, que possam ser repetidos por outros (intersubjetividade). Se outros pesquisadores repetirem o experimento sob as mesmas condições, devem chegar ao mesmo resultado que o primeiro. Os instrumentos utilizados devem ser adequados para medir o que se pretende medir.

A ciência deve tentar ser objetiva, o que significa para Popper que o seu método deve ser passível de ser testado intersubjetivamente. Ou seja, objetividade de acordo com o racionalismo crítico não se refere ao teor de verdade das afirmações, mas sim ao método utilizado.

A ciência que Karl Popper propõe uma percepção e teoria. Se uma teoria é empírica (e só teorias empíricas podem ser testadas), então ela precisa ser acoplada à experiência e à percepção¹⁰. Ao mesmo tempo, a teoria pode controlar e corrigir a percepção¹¹.

O jornalismo e o racionalismo crítico

Quando jornalistas noticiam sobre problemas, ou seja, sobre temas ou eventos nos quais há algo para descobrir ou para explicar, desenvolvem hipóteses. Hipóteses jornalísticas podem ser classificadas em três categorias: descritivas, avaliativas e prescritivas¹². Descritivas são afirmações do tipo “O presidente renunciou ao cargo hoje à tarde”. A suposição “A renúncia do presidente foi melhor para o país” é do tipo avaliativa e a hipótese “O presidente deve renunciar nos próximos dias” se insere na categoria prescritiva.

A maior parte das hipóteses jornalísticas são do tipo descritiva, ou seja, passíveis de serem testadas empiricamente¹³. O que não se enquadra nesta categoria não pertence ao jornalismo informativo, mas sim ao jornalismo opinativo. Como o jornalismo infor-

mativo se ocupa com este tipo de hipótese, o racionalismo crítico pode oferecer uma alternativa para os jornalistas sobre como lidar com os seus pressupostos ou convicções. Para isso, é preciso entender no que e até que ponto o racionalismo crítico pode contribuir para o jornalismo.

Para Popper, o objetivo maior da ciência é aproximar-se da realidade através da refutação do que se sabe até o momento. No jornalismo, há diferentes objetivos. Um deles é mediar informações reais e, através disto, oferecer modelos de orientação prática para o seu público¹⁴. Mas o jornalismo também pode contribuir para uma aproximação da realidade através da refutação do que se sabe até o momento. No entanto, o jornalista não refuta necessariamente o conhecimento que foi acumulado sobre um tema, mas sim as informações que se têm até agora sobre um acontecimento. Portanto, a observação da realidade, ou seja, a pesquisa ou investigação jornalística tem uma função central neste conceito de objetividade.

Segundo o racionalismo crítico, a observação da realidade deve obedecer regras para evitar uma percepção falsa¹⁵. Por isso, o cientista deve seguir um determinado método, que por sua vez deve respeitar regras de observação e de intersubjetividade. O uso de um método em jornalismo também pode contribuir para evitar a formação de imagens falsas sobre o que se observa.

Como objetividade para Popper se refere a uma questão de método, a sua utilização no jornalismo se restringe à fase de reportagem. No entanto, se objetividade for reduzida a uma questão de método, o objetivo do jornalismo deixa de ser uma correlação com a realidade primária. Segundo Neuberger¹⁶, o racionalismo crítico pode até atrapalhar, já que ignora regras já institucionalizadas. Ao mesmo tempo, pode contribuir para encontrar novas regras e para melhorar o processo de conhecimento jornalístico. O racionalismo crítico, portanto, não esgota o problema da objetividade.

Além disso, é preciso distinguir entre objetividade em jornalismo e objetividade jornalística¹⁷. A contribuição popperiana se restringe às normas ou regras que jornalistas devem utilizar para garantir uma conexão entre a realidade social e a realidade

midiática, ou seja, à objetividade jornalística. Esta concepção não oferece nenhuma resposta ao problema da objetividade textual, ou seja, à questão da veracidade das informações contidas na notícia.

Evidentemente há a possibilidade de que uma notícia seja verdadeira, ainda que o jornalista não tenha agido de forma objetiva. Um texto jornalístico pode ter um grau elevado de correlação com a realidade, embora o jornalista só tenha reescrito um *press release*. Neste caso, entretanto, a veracidade da notícia não se deve ao jornalista.

Uma aproximação da realidade só pode ser verificada se for possível averiguar as informações e criticar as explicações fornecidas em uma notícia. Objetividade jornalística é portanto uma condição para objetividade em jornalismo.

Neuberger¹⁸ reinterpreto as regras de Popper para o jornalismo e propôs que jornalistas pesquisem, utilizem métodos adequados e registrem o que escrevem, para que outros possam repetir o mesmo procedimento e chegar aos mesmos resultados.

Uma possível aplicação do racionalismo crítico no jornalismo não pode no entanto se limitar à idéia de intersubjetividade do método. Bentele¹⁹ sugere três características centrais como critérios essenciais para objetividade em jornalismo: utilização de afirmações corretas, integridade das informações com relação ao acontecido e, como metacritério, intersubjetividade.

Baseando-se na reinterpretação das regras científicas do racionalismo crítico realizada por Neuberger e no conceito de objetividade em jornalismo desenvolvido por Bentele, uma concepção racionalista crítica de objetividade deveria seguir as seguintes regras de observação:

Pesquisa e investigação própria: jornalistas devem levantar informações e ouvir fontes que até então não foram consideradas;

Verificação das informações: comparação de afirmações de diversas fontes sobre o mesmo acontecimento, através de fontes de diversos tipos e com opiniões diferentes;

Uso de técnicas de observação e de protocolo adequados: o método utilizado pelo jornalista e as informações que ele levanta, devem mostrar aquilo que o jornalista pretende comprovar;

Grau de Abrangência: levantamento preciso de informações, resposta a todas as perguntas do lide, levantamento de mais de uma linha de interpretação, seleção de todos os envolvidos ou afetados pelo acontecimento como tipos de fontes;

- Liberdade de juízo de valor: seleção de informações e fontes que possam derrubar a hipótese do jornalista sobre o problema.

No caso da verificação intersubjetiva, o jornalista deve respeitar:

Transparência do processo de conhecimento: levantamento de informações precisas, citação completa das fontes, desenvolvimento de hipóteses passíveis de serem testadas e preenchimento de “protocolo” sobre o método utilizado.

Estes são critérios que devem ser considerados na produção de notícia para evitar uma percepção falsa da realidade e garantir um grau de correlação entre realidade social e realidade midiática.

O que significa seguir este conceito de objetividade no dia-a-dia das redações? Em termos práticos, pesquisa ou investigação própria significa que se o jornalista ambiciona ser objetivo não pode se limitar a reescrever ou mesmo entrevistar só as fontes que são citadas no *press release*. O profissional precisa ouvir fontes e levantar informações que não foram consideradas no *press release* ou na entrevista coletiva.

Com relação à verificação, o que foi citado no *press release* deve ser confrontado com depoimentos de fontes de tipos diferentes, que possam trazer outras informações ou mesmo dados que contradigam o que foi dito. A expressão “tipos diferentes” se refere não somente a fontes que tenham uma opinião diferente sobre o assunto, mas também que ofereçam outras perspectivas. Não basta ouvir um representante do governo e outro da oposição sobre um projeto de lei, é preciso ouvir também o especialista, o cidadão que pode ser afetado pela nova legislação ou as organizações que o representam. Ao mesmo tempo, a verificação de informações precisa necessariamente abranger entrevistados que representem pontos de vistas contraditórios.

O uso de métodos de observação adequados significa que as informações levantadas pelo jornalista devem ter uma correlação com aquilo que ele pretende descobrir ou expli-

car. O mesmo princípio vale para a seleção das fontes. O fato de o entrevistado ser advogado não o credencia para comentar o projeto de reforma tributária, mesmo que ele seja o presidente da Ordem dos Advogados. Para analisar este assunto, seria mais adequado ouvir um professor de direito tributário, que certamente já trabalhou com o tema.

O modo como o jornalista levanta as informações também deve ser apropriado para investigar ou explicar o fato sobre o qual se noticia. Se ele investiga o estado precário das escolas públicas, é mais adequado falar com os professores ou alunos de uma escola nestas condições e depois ouvir o secretário de Educação, e não o contrário.

O grau de abrangência deve contribuir para que o acontecimento a ser noticiado seja apresentado num contexto mínimo. Isto significa que não basta responder a perguntas como o quê, quem, quando e onde. É preciso levantar os comos e porquês. Também não basta ouvir uma explicação para o problema, já que o objetivo do método é exatamente evitar uma percepção falsa da realidade. Parte-se do pressuposto de que o levantamento de mais de uma explicação pode contribuir para evitar isto. No caso de dados estatísticos, devem ser levantados o universo de pesquisa, o método utilizado, o período em que o estudo foi realizado e quem o produziu.

Para garantir a transparência do processo do conhecimento, é preciso que outras pessoas possam ter acesso às informações que o jornalista levantou, bem como ao método utilizado para levantá-las. Os depoimentos prestados bem como dados sobre as fontes (nome, cargo ou função) devem ser gravados ou anotados de tal forma que outra pessoas (por exemplo, o editor) possa reconstruir o processo da reportagem através destas anotações.

Se o jornalista produz uma reportagem sobre o projeto de preservação do meio-ambiente de uma determinada multinacional através de uma viagem às instalações industriais paga por ela, esta informação precisa ser colocada à disposição daqueles que lerem a notícia.

O princípio da verificação intersubjetiva só funciona para hipóteses descritivas. Afirmações do tipo “João da Silva foi um bom

prefeito” não podem ser testadas intersubjetivamente e, portanto, não pertencem ao jornalismo informativo.

Falsificação em jornalismo

A idéia de que jornalistas devem observar a realidade de acordo com algumas regras para garantir objetividade no seu trabalho não é nova. A contribuição do racionalismo crítico pode no entanto ultrapassar esta fronteira.

A característica principal do racionalismo crítico é o princípio da falsificação. É esta norma que determina o tipo de hipótese que deve ser formulada, o método e até mesmo o resultado do trabalho do cientista. Através disso, o pesquisador se “previne” de dogmatismo, seja o seu próprio ou não.

No jornalismo, a busca por uma liberdade do juízo de valor tem sido marcada pelo princípio da neutralidade. O conceito tradicional de objetividade como neutralidade nega aos jornalistas a possibilidade de desenvolver idéias sobre aquilo que eles observam. Quando jornalistas têm idéias, suspeitas, suposições ou opiniões, então não são mais objetivos.

Como avaliar, desenvolver idéias sobre aquilo que se observa é inerente ao processo de conhecimento, neutralidade mostra-se então um mecanismo incapaz de garantir a liberdade dos jornalistas perante juízos de valor. O problema não é ter opiniões, suposições ou pré-conceitos, mas sim o que se faz com eles.

Jornalistas tendem fortemente a confirmar suas hipóteses, o que Stocking (1989) chama de *confirmation bias*. Isto não significa que estes profissionais inventam fatos ou explicações, mas sim que eles só investigam ou pesquisam em uma direção, indiferente se depois da pesquisa eles ouvem os dois lados do problema ou não. Jornalistas se tornam prisioneiros não necessariamente das próprias convicções, mas também da obrigação de produzir histórias com valores-notícias elevados.

O que estes profissionais devem fazer com as suas inevitáveis hipóteses, para que elas não atrapalhem uma aproximação da realidade? O princípio da falsificação poderia ser aplicado no jornalismo? Deveria? O que o jornalista deve tentar falsificar?

As condições necessárias para a falsificação na ciência não existem no jornalismo. O jornalista desenvolve hipóteses a partir das informações reunidas e não a partir de um saber acumulado, ele também não é especialista. Ou seja, no caso do jornalista, é preciso primeiro que o que se sabe até agora seja levantado. Depois, ele pode tentar falsificar este conhecimento. Este princípio precisa, portanto, ser reinterpretado.

O que o princípio da falsificação significaria para o jornalismo? Este princípio poderia garantir liberdade de juízos de valor. Ao mesmo tempo, exigiria mais tempo para pesquisa. Jornalistas precisariam primeiro levantar um nível de informações mínimo, “provas” que comprovem sua hipótese, e depois pesquisar ou investigar contra sua própria hipótese. Isto significa a substituição de uma *fairness* passiva (ouvir os dois lados de uma questão) por uma outra ativa, em que se pesquisa em ambas as direções, pró e contra a própria hipótese. Outra consequência seria que jornalistas teriam que ser abertos o suficiente não só para deixar suas hipóteses, como também suas pautas caírem.

Critérios para avaliação de liberdade do jornalista frente às suas próprias convicções de acordo com este princípio seriam a escolha de fontes bem como o levantamento intencional e planejado de informações que possam derrubar suas hipóteses.

É preciso sobressaltar que o princípio de falsificação não significa que jornalistas deveriam tentar derrubar suas hipóteses a qualquer custo, mas sim que suas suspeitas devem passar por um teste de falsificação. Caso elas não sejam refutadas, isto fala a favor da sua relação com a realidade primária.

Diferente dos outros critérios citados, a adoção do princípio de falsificação precisa ser examinada não só do ponto de vista da sua plausibilidade, mas também da sua aplicação prática.

Conclusão

O modelo apresentado aqui tem o propósito de contribuir para ultrapassar um

determinado patamar na discussão sobre objetividade, através da concretização de uma concepção baseada na teoria do conhecimento em um modelo teórico. Também se pretende fornecer através deste modelo novos critérios para estudos comparativos entre coberturas jornalísticas e realidade social, centrados na relação entre estes dois tipos de realidade, e não mais em noções tradicionais de objetividade que se concentram em outras funções da mídia, como por exemplo as concepções de relevância, pluralismo ou *fairness*, entre outras²⁰ (Sponholz, 2003).

Uma das vantagens de uma “tradução” dos métodos científicos para o jornalismo é a possibilidade de oferecer modelos de ação que orientem futuros jornalistas. Através disto, pode-se superar a noção de que jornalismo se produz com *feeling*, de que não há possibilidade de aprendizado ou conhecimento sistemático em jornalismo. Embora existam jornalistas que não precisem de um método para alcançar os mesmos objetivos, a falta de sistematização leva novos repórteres a freqüentemente “reinventarem a roda”²¹.

Ao mesmo tempo, exigir que jornalistas pesquem e até mesmo procurem derrubar suas pautas parece ir contra o processo que se observa nas redações. Redução de custos através da diminuição do número de jornalistas nas redações, da produção de mais matérias com menos pessoal, menos investimento em investigação e tempo, têm levado a um alto grau de utilização de *press releases* e a menos investigação/pesquisa no jornalismo.

A utilização de um método em jornalismo que possa garantir um determinado grau de objetividade poderia hipoteticamente levar a um conflito com as condições em que jornalistas trabalham ou a uma otimização dos poucos recursos dos quais jornalistas dispõem para pesquisar²². Ambas hipóteses exigem investigação para que se possa determinar empiricamente a contribuição do racionalismo crítico para o jornalismo. O potencial que esta perspectiva oferece, entretanto, é concreto.

Bibliografia

Bennett, W. Lance, *News: the politics of illusion*. New York: Longman, 2003.

Bentele, Günter, *Objektivität und Glaubwürdigkeit von Medien. Eine theoretische und empirische Studie zum Verhältnis von Realität und Medienrealität*. Unveröffentlichte Habilitationsschrift, Berlin, 1988.

Genro Filho, Adelmo, *O segredo da pirâmide. Por uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1988.

Haller, Michael, *Recherchieren. Ein Handbuch für Journalisten*. München: Ölschlagel Verlag, 5. Auf., 2000.

Lippmann, Walter, *Die öffentliche Meinung*. München: Rütten+Loening Verlag, 1964.

Magee, Bryan, *Popper*. Glasgow: Fontana, 1975.

Meditich, Eduardo, *O conhecimento do Jornalismo*. In: <http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/publicacoes.html>, 1992.

Neuberger, Christoph, *Journalismus als Problembearbeitung. Objektivität und Relevanz in der öffentlichen Kommunikation*. Konstanz: UVK Medien, 1996.

Park, Robert, *News as a Form of Knowledge*. In: **PPark, Robert**. *On social control and collective Behavior*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1967.

Pesch, Volker, *Sir Karl Raimund Popper*. In: **Massing, Peter; Breit, Gotthard**. *Demokratie-Theorien. Von der Antike bis zur Gegenwart*. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung, 2. Auf., 2003.

Popper, Karl R. *Logik der Forschung*, Tübingen: Mohr, 10. Auf., 1994.

Reyes, Leonarda, *Estratégias de investigação*. In: Sala de Prensa, n. 26, Diciembre 2000, Ano II, vol. 2, <http://www.saladeprensa.org>

Sponholz, Liriam, *Objetividade em jornalismo. Uma perspectiva da teoria do conhecimento*. In: Revista Famecos - Mídia, cultura e tecnologia, n. 21, agosto 2003.

Stocking, S. Holly; Lamarca, Nancy, *How Journalists describe their stories: Hypotheses and Assumptions in Newsmaking*. In: *Journalism Quarterly*, vol. 67, n. 2, 1990.

_____; **GROSS, Paget H.**, *How do Journalists think? A proposal for the Study of Cognitive Bias in Newsmaking*. Bloomington: ERIC Clearinghouse on Reading and Communication Skills, 1989.

Streckfuss, Richard, *Objectivity in Journalism: a Search and a Reassessment*. In: *Journalism Quarterly*, vol. 67, n. 4., 1990.

Tuchman, Gaye, *A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas*. In: **TRAQUINA, Nelson**, *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.

Vollmer, Gerhard, *Was können wir wissen? Band I – Die Natur der Erkenntnis*. Stuttgart: Hirzel, 2. durchges. Auf., 1985.

¹ J Universidade Federal do Paraná/Universidade de Leipzig, Alemanha.

² Richard Streckfuss, *Objectivity in Journalism: a Search and a Reassessment*. In: *Journalism Quarterly*, vol. 67, n. 4, 1990, p. 975.

³ Op.cit., p. 974.

⁴ Ver a respeito W. Lance Bennett, *News: the politics of illusion*. New York: Longman, 2003, p. 162-165; Walter Lippmann, *Die öffentliche Meinung*. München: Rütten+Loening Verlag, 1964, p. 240; Gaye Tuchman, *A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas*. In: Nelson Traquina, *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993, p. 78.

⁵ Gerhard Vollmer, *Was können wir wissen? Band I – Die Natur der Erkenntnis*. Stuttgart: Hirzel, 2. durchges. Auflage, 1985, p. 33.

⁶ Adelmo Genro Filho, *O segredo da pirâmide*. Por uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Editora Tchê, 1988, p. 64.

⁷ Op.cit., p. 64.

⁸ Bryan Magee, *Popper*. Glasgow: Fontana, 1975, p. 43.

⁹ Ver a respeito Bryan Magee, *Popper*. Glasgow: Fontana, 1975, p. 45; Volker Pesch, *Sir Karl Raimund Popper*. In: Peter Massing; Gotthard Breit, *Demokratie-Theorien. Von der Antike bis zur Gegenwart*. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung, 2. Auf., 2003, p. 197.

¹⁰ Gerhard Vollmer, *Was können wir wissen? Band I – Die Natur der Erkenntnis*. Stuttgart: Hirzel, 2. durchges. Auflage, 1985, p. 73.

¹¹ Op. cit., p. 95.

¹² S. Holly Stocking; Nancy LaMarca, *How Journalists describe their stories: Hypotheses and*

Assumptions in Newsmaking. In: *Journalism Quarterly*, vol. 67, n. 2, 1990, p. 296.

¹³ Op. Cit., p. 298.

¹⁴ Ver a respeito Eduardo Meditsch, *O conhecimento do Jornalismo*. In: <http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/publicacoes.html>, 1992, p. 30; Robert Park, *News as a Form of Knowledge, 1967*. In: Robert Park, *On social control and collective Behavior*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1967, p. 41-42.

¹⁵ Karl R. Popper, *Logik der Forschung*, Tübingen: Mohr, 10. Auf., 1994, p. 61.

¹⁶ Christoph Neuberger, *Journalismus als Problembearbeitung. Objektivität und Relevanz in der öffentlichen Kommunikation*. Konstanz: UVK Medien, 1996, p. 155.

¹⁷ Günter Bentele, *Objektivität und*

Glaubwürdigkeit von Medien. Eine theoretische und empirische Studie zum Verhältnis von Realität und Medienrealität. Unveröffentlichte Habilitationsschrift, Berlin, 1988, p.13.

¹⁸ Christoph Neuberger, op.cit., p. 171.

¹⁹ Günther Bentele, op. cit., p. 404.

²⁰ Liriam Sponholz, *Objetividade em jornalismo. Uma perspectiva da teoria do conhecimento*. In: *Revista Famecos - Mídia, cultura e tecnologia*, n. 21, agosto 2003, p. 110-120.

²¹ Ver a respeito Michael Haller, *Recherchieren. Ein Handbuch für Journalisten*. München: Ölschlager Verlag, 5. Auf., 2000, p. 53; Leonarda Reyes, *Estratégias de investigación*. In: *Sala de Prensa*, n. 26, Diciembre 2000, Año II, vol. 2, <http://www.saladeprensa.org>, p. 2.

²² Reyes, op. cit., p. 2.